

DA NOSSA ALDEIA

Notícias do C.E.U. e da Terra

Muito se tem falado ultimamente sobre o território – A cidade, a aldeia, o campo... a aldeia global, a necessidade imperiosa do planeamento, a sustentabilidade do crescimento ... as periferias, a requalificação, a renovação ... são todos temas na ordem do dia, nas conversas, nos jornais, nas televisões, nos encontros profissionais e, de um modo geral, preocupações de todos nós e até (será ?) dos governantes. Pelo menos é politicamente rentável (ou rendível!) falar do planeamento do território como um objectivo imperioso.

Mas então, o que se tem feito? Por cá, na nossa aldeia, muito pouco – O que por um lado tem vantagens, se quisermos ser cínicos, mas, por outro, numa perspectiva civilizada, é preocupante.

É já lugar comum dizer que o nosso território tem sofrido toda a espécie de malefícios associados ao “desenvolvimento” – a desertificação do interior x a explosão das cidades do litoral; a falta de qualidade das periferias sobrepopoadas x o despovoamento dos centros urbanos, a dispersão anárquica da construção nos campos, os problemas ecológicos (há algumas situações gravíssimas) resultantes de anos e anos de asneiras, de impassividade, de ignorância, de falta de cultura – cívica e da outra.

Mas talvez não seja demais repetir à exaustão estes ditos “lugares comuns”, até porque continuamos sem fazer nada – ou muito pouco – para inverter o sentido das coisas.

Ora, e a este propósito, ocorreu-me que seria oportuno dar notícia aqui à nossa aldeia, do que tenho visto muito recentemente noutras aldeias da nossa Terra, muito especialmente nesta a que chamamos “Europa” e que, por motivos obscuros (ou talvez não) continuam a não chegar aqui até nós.

Muito recentemente, no início do passado mês de Novembro, realizou-se em Estocolmo – uma “aldeia” verdadeiramente magnífica (há quem lhe chame, exagerando um pouco, talvez, “Paris em Veneza”) o II encontro do C.E.U.... Nada de encontros angélicos ou coisa do género, tão somente do “COUNCIL FOR EUROPEAN URBANISM”, que em Portugal adopta a sigla “C.P.U.E. - Conselho Para o Urbanismo Europeu”, para não se confundir com outra organização já existente.

O C.E.U. nasceu em Bruges, em Abril de 2003. Trata-se de uma rede de membros cujo objectivo ou Missão é o da promoção do bem-estar das gerações presentes e futuras da Humanidade, através de acções concretas ao nível do planeamento e organização do território (compreendendo neste termo, as aldeias, as vilas, as cidades e o campo).

Neste encontro, em que participaram cerca de 60 pessoas das mais variadas profissões, procedeu-se à assinatura da “CARTA DE ESTOCOLMO”. Provenientes de várias “Aldeias” da Europa e de outras “Terras”, este grupo multidisciplinar de arquitectos, urbanistas, historiadores, engenheiros, especialistas em planeamento, sociólogos e outros, reuniu-se em Järla Sjö, um dos recentemente construídos lugares urbanos de Estocolmo, para reafirmar o seu empenho na promoção daquilo que se convencionou designar o urbanismo europeu, ou seja: aquilo que distingue a nossa organização territorial / urbana da das outras “terras” – a nossa especificidade ou singularidade enquanto povo da Europa, com raízes comuns.

De facto, e voltando aos “lugares comuns”, aquilo a que se tem assistido nas últimas décadas é à destruição progressiva e sistemática dessa mesma singularidade através da exclusão e isolamento social – com os condomínios de pobres e de ricos -, crescimento urbano desregrado, desperdício de território e de recursos culturais, desenvolvimento monofuncional, internacionalismos e modas superficiais, perda de competitividade e de respeito pelas culturas locais e regionais.

Mas então o que fazer? Ou melhor: será que já há alternativas? Com efeito, sim! Existem já alguns bons exemplos de como intervir na cidade, na vila, no campo, no território... nas nossas casas, de forma eficiente e sustentável (termo tão em voga mas, talvez, um pouco irritante). Podemos já observar experiências muito positivas de intervenções que geraram depois efeitos de requalificação para além dos seus próprios limites, dando o mote – digamos assim.

A forma como se tem vindo a planear e a efectivar o crescimento de algumas cidades alemãs, a ampliação de Pondbury – Dorchester, magnífico exemplo, apoiado pelo Príncipe de Gales, entre muitos outros bons modelos, tem encorajado as autoridades e os demais agentes envolvidos nestes processos, incluindo as populações locais, a avançar com planos e obras em que a promoção do carácter distinto das suas cidades, vilas ou aldeias é um dado primordial e insubstituível, renovando e crescendo preservando a identidade local e regional e as expectativas e desejos dos cidadãos.

Nestes projectos, os lugares urbanos possuem fronteiras bem definidas e as suas ruas e praças são delimitadas por edifícios que respeitam a história local, o clima, a paisagem e a geografia, apresentando uma variedade que permite a evolução, a inovação, tanto na forma como nos aspectos funcionais.

Esta organização – o C.E.U. – que deve também muito da sua criação ao americano C.N.U. (Congress for New Urbanism) – realidade já incontornável nos “E.U.A.” quando se trata do planeamento territorial - e que, ao contrário deste quando afirma que “o New Urbanism não é um estilo”, advoga que também na arquitectura se deve procurar a raiz tradicional, encarando esta palavra ou noção sem complexos, ou dogmas, de uma forma verdadeiramente criativa, sem perder de vista a essência ou o arquétipo que lhe está na origem.

“A verdadeira tradição é aquela que se transmite de pai para filho, de geração em geração, acrescentando algo nesse processo, sempre melhorando”.

Os edifícios ou objectos com singularidades ou efeitos mais especiais – os agora tão em voga edifícios com efeito WHAU! - também sempre existiram na cidade europeia. A torre, o arco de triunfo, o coliseu, o grande palácio ou templo são tipologias que sempre se destacaram da “mole” mais uniforme da construção urbana. A questão é que não se pode querer agora fazer cidade só de edifícios deste tipo, isto por um lado e, por outro, também não é correcto baralhar os cidadãos com a confusão tipológica, isto é: fazer igrejas que parecem fábricas ou edifícios públicos que parecem navios.

A genialidade estará muito mais em conseguir fazer edifícios e cidades que, respeitando a tradição, a história e a geografia locais, sejam ao mesmo tempo belos, funcionais e perdurem no tempo, onde o bom gosto esteja aliado à criatividade, resolvendo os programas e as complexidades no respeito pelo Homem, pelas culturas locais e regionais, pelas aspirações das gentes que aí habitam, procurando trazê-las a participar do processo do planeamento e da construção.

Neste histórico momento que constituiu a assinatura da “Carta de Estocolmo”, os membros do C.E.U. reafirmaram o seu empenhamento na promoção do carácter distinto das cidades europeias e do seu território, apoiando a sua consolidação, renovação e crescimento na salvaguarda da identidade regional, do ambiente natural, seu equilíbrio com a ocupação humana e da protecção do património natural, e construído. O C.E.U. defende ainda que, sempre que apropriado, se deverá apoiar igualmente a criação de novas cidades, vilas ou aldeias no respeito por estes objectivos, tal como a reorganização dos subúrbios degradados, promovendo a sua transformação em “cidade verdadeira”, em áreas de usos mistos, contrariando as tendências de zonamento monofuncional que ainda perduram, apesar de comprovadamente esgotadas e prejudiciais para um desenvolvimento ou crescimento sustentável.

Na prossecução dos seus objectivos, os membros do C.E.U. têm vindo a trabalhar na alteração e melhoramento de práticas económicas, políticas, legais e normativas, a nível europeu, nacional, regional e local. Nestas tarefas procura-se igualmente revigorar o relacionamento entre as comunidades e todas as partes interessadas, num processo participativo que se estende desde o planeamento até à gestão e manutenção.

Também em Portugal se começa a sentir esta vontade de participação, quer através de iniciativas locais, de associações ou de organizações cívicas, quer também em iniciativas de carácter regional, de que é exemplo o recentemente realizado (Novembro (2003)) II Congresso do Oeste, cujo tema dominante era o da organização do território, questionando-se mesmo “Que arquitectura no território?”

Estes acontecimentos são sinais de mudança bastante positiva, se pensarmos que até agora a produção urbanística e da arquitectura se tem mantido longe da participação dos cidadãos, que não têm tido a possibilidade de escolha, em processos incompreensíveis, fechados, individualistas, começando agora a abrir-se à população, procurando assim ir ao encontro dos seus desejos e ansiedades e não já da promoção pessoal ou de um qualquer grupo fechado, retomando valores locais e regionais no processo criativo.

Esperaremos que este tipo de iniciativas se multipliquem e que tenhamos a possibilidade de participar mais nas decisões que afectam a nossa Terra, a nossa Aldeia e assim, a nossa Vida.

José Baganha